

**COMISSÃO DA AMAZÔNIA, INTEGRAÇÃO NACIONAL E DESENVOLVIMENTO
REGIONAL – CAINDR**

**SUBCOMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR A
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NA AMAZÔNIA LEGAL**

REQUERIMENTO Nº , DE 2011

(Do Sr. Padre Ton)

Requer a realização de Audiência Pública com o objetivo de colher depoimentos de autoridades vinculadas à reforma agrária a respeito da regularização e titulação de terras na Amazônia Legal.

Senhor Presidente,

Requeiro, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno, a realização de audiência pública, em data a ser fixada, para que os membros desta Comissão possam conhecer e discutir o ordenamento do processo de regularização de terras na Amazônia, com foco na titulação dos assentados pelo programa de reforma agrária e eventuais obstáculos para a emancipação dos assentamentos, assim como o diagnóstico das medidas governamentais e recursos orçamentários que se fazem necessários para que as famílias beneficiadas possam alcançar o nível de desenvolvimento sustentável.

Solicitamos que sejam convidados para o evento os Senhores CELSO LISBOA DE LACERDA, Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e SHIRLEY NASCIMENTO, Coordenadora Nacional do Terra Legal, de e outras autoridades e técnicos que esta Subcomissão venha a sugerir.

JUSTIFICAÇÃO

A Audiência Pública ora requerida mostra-se necessária, tendo em vista que, a despeito do tempo transcorrido, muitas famílias de assentados ainda não receberam o título definitivo de seus lotes.

Esta Subcomissão especial foi constituída para estudar, debater e, se possível, apresentar sugestões sobre o processo de titulação de agricultores sem terra beneficiados pelo programa de reforma agrária e pelo programa “Terra Legal”.

A demora no processo de regularização das terras tem gerado muita expectativa entre os beneficiários, que têm encontrado uma série de obstáculos para dar prosseguimento às suas atividades agropastoris.

Neste sentido, é importante que, em audiência pública promovida por esta Subcomissão Especial, as autoridades responsáveis e que estejam envolvidos com a política pública de assentamentos rurais e de regularização fundiária possam fazer uma ampla exposição dos obstáculos e das dificuldades na titulação e regularização dos lotes, assim como na implementação do desenvolvimento sustentável dessas famílias.

Sala da Subcomissão, em de setembro de 2011.

Deputado PADRE TON

Relator